

APRESENTAÇÃO

POPULAÇÃO E SAÚDE

Se tudo é virtual quando a população está ausente, como sublinham as ciências ligadas à população, a situação de crise que se vive em Portugal e no mundo remete para a oportunidade de se valorizar mais uma vez o indivíduo nas suas especificidades, produzindo conhecimento e trazendo para discussão os resultados, de forma que as proclamadas reformas estruturais considerem as pessoas que atingem nos mais diversos domínios. Pode a comunidade de investigadores ajudar a essa reflexão no domínio da população, das práticas sociais e dos cuidados de saúde, produzindo textos que tragam contributos com essa finalidade, nas diversas áreas de análise, com relevo para a história, mas numa perspetiva transdisciplinar?

Foi com o desafio acima que se lançou a organização do *dossier* com a designação genérica de «População e Saúde», destinado ao n.º 5 da revista CEM, previsto para edição em 2014, em função do qual chegaram à redação mais de duas dezenas de artigos, de temática diversificada, que foram, como habitualmente, submetidos a arbitragem científica e são agora apresentados, agrupados em três temáticas, cujos vetores essenciais de agrupamento passam, sucessivamente, por abordagens em que a norma, a doutrina e o número, sucessivamente, predominam.

Assim, o primeiro núcleo de artigos abre com um trabalho substancial sobre um processo de normalização fundamental – o do medicamento, nos anos 40, quando da transição do processo artesanal para o da produção em série, obrigando a regulamentação administrativa e controle de qualidade, para cujos efeitos, na perspetiva da defesa da saúde da população, nasceu a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos – CRPQF (1940), cujas atribuições foram marcantes para a nova etapa da história da farmácia em Portugal. Seguem-se dois textos, com formas de abordagem próximas, sobre a evolução do quadro sanitário em Portugal: um sobre a trajetória do processo de ordenamento da saúde pública, delineando as discussões políticas inerentes a esse processo e os esforços para uma regulamentação central, buscando-se um «código sanitário», para culminar depois no *Regulamento Geral de Saúde e Beneficência Pública*, publicado em 1901, obra seminal de Ricardo Jorge; e outro texto sobre a construção da consciência sanitária, com base na exploração da literatura médica e de referências institucionais, desde Ribeiro Sanches aos autores dos finais do século XIX, tendo como escopo a clarificação da designada «transição epidemiológica». Surge depois um artigo que nos conduz à discussão sobre a utilização da enfermagem religiosa nos hospitais portugueses, facto

que suscitou viva discussão em tempos propícios a uma racionalidade laica. Um último artigo deste núcleo remete-nos para o universo da medicina popular, para o mundo das resistências, de soluções tradicionais para a o tratamento e conservação da saúde, face aos objetivos de uniformização e imposição do novo saber médico, que se configura como oficial, originário da Universidade e legitimado pelo poder, criando novos quadros normativos.

Um segundo núcleo de artigos remetem-nos essencialmente para posições e práticas doutrinárias. Um primeiro artigo conduz-se a uma experiência, sustentada pela maçonaria, de aplicação da «nova pedagogia» e das doutrinas higienistas aos menores desprotegidos, tendo como campo de análise o Asilo de S. João, no Porto e a sua ação escolar recuperadora, de natureza laica, em prol da «cultura física e moral dos internados». Outro artigo rastreia a produção historiográfica relativamente ao fenómeno do antisemitismo e sua relação com o darwinismo social e preocupações nacionalistas, reconhecendo a observação em Portugal de uma tradição de políticas sistemáticas de destruição de comunidades e culturas judaicas. Numa outra linha de pesquisa, surge novo artigo a delinear a influência da legenda dos santos Cosme e Damião, padroeiros dos médicos, através da exemplificação com textos portugueses do século XVI.

O terceiro núcleo de artigos, em que o número ganha realce, procura perspetivar a população a partir de indicadores demográficos e/ou sociais, relativos a tempos históricos e espaços geográficos diferenciados. O primeiro artigo deste conjunto avalia, através de uma abordagem biodemográfica, a correspondência intergeracional da longevidade na ilha do Pico desenvolvida sobre uma amostra representativa de famílias reconstituídas para nove comunidades insulares entre os séculos XVIII e XX. Segue-se um texto centrado sobre os efeitos gravosos despoletados pela «pneumónica» em alguns municípios do distrito de Viana do Castelo, destacando os sucessivos mecanismos implementados pelas instituições políticas e sanitárias locais, desde finais de 1918, no sentido de minimizar a propagação da epidemia na região. Um outro artigo desenvolve, para a paróquia minhota de Esporões, aproximações empíricas sobre os níveis de mortalidade infantil e infantojuvenil observados entre os séculos XVII e XIX em famílias de baixo e alto risco, seleccionadas em função do respectivo estatuto social. O quarto artigo desta série procede a uma comparação casuística das causas de morte declaradas pelos párocos nos registos de óbito da freguesia transmontana de S. Dinis, entre 1796 e 1819, com as informações veiculadas pela equipa médica do Hospital da Misericórdia de Vila Real, ambas focalizadas sobre a sintomatologia e, raramente, sobre o diagnóstico da doença que conduziu à morte. O texto seguinte explora a informação proporcionada por listas nominativas produzidas no ano de 1828 pelas Companhias de Ordenança, sustentando uma análise comparativa sobre a estrutura dos agregados domésticos nas freguesias do concelho de Caminha, considerando variáveis influentes como a envolvimento espacial e as actividades profissionais predominantes. A partir de idênticas fontes, elaboradas em 1801 e 1830 para a vila portuária de Paraguaná no Brasil, um último artigo caracteriza a situação social e económica da população portuguesa aí residente durante o período colonial e após a independência, concluindo pela permanência de um superior estatuto socioprofissional

relativamente à população autóctone, avaliado através de indicadores como a natureza das actividades profissionais, o número de patentes milicianas, a posse de escravos e a implantação da residência familiar no espaço urbano.

Como habitualmente, o volume integra a secção de *Varia*, no qual se recolhem artigos apresentados à redação, embora fora do dossiê temático. Aqui se encontram textos diversos: sobre as leituras da obra e da personalidade de Ricardo Jorge, sobre o projeto reformador em torno da revista *A Águia*, sobre a implantação do caminho-de-ferro em Portugal e as instituições mais vocacionadas para essa operação, bem como um texto sobre a leitura, os livros e as bibliotecas. Insere-se ainda uma significativa e oportuna entrevista a quem durante largos anos se preocupou institucionalmente com a emigração em Portugal – a Dr.^a Manuela Aguiar, ex-secretária de Estado da Emigração e das Comunidades.

Como habitualmente, um conjunto de recensões a obras recentes publicadas em áreas afins às do CITCEM e outras notícias encerram o presente número da revista. Finalmente, uma palavra sentida para a evocação da Prof.^a Fátima Sequeira Dias, a universitária precocemente falecida, que, apesar da sua vida cheia, integrou o Conselho Consultivo do CITCEM, aqui recordada num texto de Isabel e João Leite.

Jorge Fernandes Alves | Carlota Santos

(Editores da CEM 2014)

